



Deliberação dos Comitês PCJ nº 312/2019, de 29/03/2019.

Aprova o Plano Anual de Aplicação dos recursos de Investimento e Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2019.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ 1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 17ª Reunião Extraordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando a implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista, disciplinada pela Lei (SP) nº 7663/1991, de 30/12/1991; a Lei (SP) nº 12.183/2005, de 29/12/2005; o Decreto (SP) nº 50.667/2006, de 30/03/2006; e Decreto (SP) nº 51.449/2006, de 29/12/2006;

Considerando os termos da Deliberação COFEHIDRO nº175/2017, de 09/03/2017, que estabelece o modelo para elaboração do Plano Anual de Aplicação dos recursos de Investimento e Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água;

Considerando a previsão de arrecadação para o exercício 2019 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior (exercício 2018); as despesas de custeio; os rendimentos previstos para 2019 e os respectivos valores auferidos em 2018; as previsões das taxas de administração do Agente Financeiro para 2019 e os respectivos valores desembolsados em 2018; as previsões de taxas de liberação dos Agentes Técnico e financeiro para 2019 e os respectivos valores desembolsados em 2018; bem como demais custos operacionais da cobrança;

Considerando que o Plano Anual de Aplicação dos recursos de Investimento e Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá foi apreciado e aprovado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, durante a sua 74ª Reunião Ordinária, realizada no dia 01/03/19, em Indaiatuba/SP;

Deliberam:

Artigo 1º – Fica aprovado o Plano Anual de Aplicação dos recursos de Investimento e Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista, para o exercício 2019, conforme **Anexo I** desta Deliberação.

Artigo 2º - Consta do **Anexo II** desta Deliberação uma compilação das despesas de custeio previstas para o exercício 2019, envolvendo os custos operacionais da Cobrança, as atividades de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, despesas de pessoal e outras despesas de custeio.

Artigo 3º - Consta do **Anexo III** desta Deliberação a memória de cálculo de investimento contemplando os empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista para apurar eventuais saldos de contratos para serem utilizados no exercício de 2019.

Artigo 4º - Caberá à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ providenciar o encaminhamento desta deliberação e seus anexos à SECOFEHIDRO.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Parágrafo Único – Fica delegada à Fundação Agência das Bacias PCJ, na função de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, promover eventuais ajustes de valores constantes dos Anexos I, II e III desta Deliberação, verificados após análise e solicitação da SECOFEHIDRO.

Artigo 5º - Esta Deliberação entra em vigor após sua aprovação pelos Comitês PCJ.

JOSÉ MARIA DO COUTO
Presidente do CBH-PJ1 e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Secretário-executivo
do CBH-PJ1

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

Publicada no DOE em 30/03/2019.



Anexo I – Deliberação dos Comitês PCJ nº 312/2019, de 29/03/2019

Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança para 2019 Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

1 RECEITA	SUB-TOTAL	TOTAL	%
1.1 Previsão de Arrecadação no Exercício (ano vigente) - Programa 3934 - Ação 2469 - LOA 2019		20.173.363,00	100%

2 AJUSTE DA RECEITA (ANO ANTERIOR)		3.768.358,47
2.1 Ajuste da Arrecadação		4.112.393,18
2.1.1 Previsão de arrecadação (ano anterior)	18.200.000,00	
2.1.2 Arrecadação (ano anterior)	22.312.690,60	
2.1.3 Restituição de valores cobrados pelo uso da água ao usuário	297,42	
2.2 Ajuste do Custeio		(344.034,71)
2.2.1 Previsão de alocação para Custeio (ano anterior)	1.820.000,00	
2.2.2 Repasse efetivo para Custeio (ano anterior) (Somatória de "Resgate para transferência ao DAEE" + "Repasse sobre valores arrecadados")	2.164.034,71	

3 DESPESAS DE CUSTEIO (conforme Anexo II)			
3.1 Alocação da previsão de arrecadação (máximo de 10%)		2.017.336,30	10,00%
3.1.1 Custos Operacionais da Cobrança (Alinea "a", Inciso VI, Artigo 22)	82.930,64		
3.1.2 Atividades de Secretaria Executiva (Alinea "b", Inciso VI, Artigo 22)	426.633,62		
3.1.3 Outras Despesas de Custeio (Alinea "c", Inciso VI, Artigo 22)	34.200,00		
3.1.4 Pessoal	1.473.572,03		
3.1.5 Transferência para DAEE - ressarcimento de tarifas de cobrança	0,00		

4 AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PREVISÕES PARA O EXERCÍCIO ATUAL		(98.144,98)
4.1 Rendimentos		2.602.515,59
4.1.1 Previsão de rendimentos (ano anterior)	7.000.000,00	
4.1.2 Rendimentos (ano anterior)	5.102.515,59	
4.1.3 Ajuste do exercício (ano anterior) (previsto x rendimentos)	(1.897.484,41)	
4.1.4 Previsão para o exercício de (ano vigente)	4.500.000,00	
4.2 Taxa de Administração do Agente Financeiro (Inc. V, Artigo 22)		(1.439.257,42)
4.2.1 Previsão da Taxa de Administração (ano anterior)	2.009.613,19	
4.2.2 Desembolso efetuado (ano anterior)	1.754.221,93	
4.2.3 Ajuste da Taxa de Administração do Agente Financeiro (ano anterior)	255.391,26	
4.2.4 Provisão para taxa de Administração do Agente Financeiro (ano vigente)	1.694.648,68	
4.3 Taxa de Liberação do Agente Financeiro (Inc. V, Artigo 22)		(381.241,73)
4.3.1 Previsão da Taxa de Liberação do Agente Financeiro (ano anterior)	150.000,00	
4.3.2 Desembolso efetuado (ano anterior)	331.241,73	
4.3.3 Ajuste da Taxa de Liberação do Agente Financeiro (ano anterior)	(181.241,73)	
4.3.4 Provisão para Taxa de Liberação do Agente Financeiro (ano vigente)	200.000,00	
4.4 Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (Inc. V, Artigo 22)		(762.483,46)
4.4.1 Previsão da Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (ano anterior)	300.000,00	
4.4.2 Desembolso efetuado (ano anterior)	662.483,46	
4.4.3 Ajuste da Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (ano anterior)	(362.483,46)	
4.4.4 Provisão para Taxa de Liberação dos Agentes Técnicos (ano vigente)	400.000,00	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



4 AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PREVISÕES PARA O EXERCÍCIO ATUAL		
4.5 Taxa de Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (Inc. V, Artigo 22)		(117.677,96)
4.5.1 Previsão da Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (ano anterior)	130.668,86	
4.5.2 Desembolso efetuado (ano anterior)	162.656,17	
4.5.3 Ajuste da Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (ano anterior)	(31.987,31)	
4.5.4 Provisão para Taxa Comissão de Estudos dos Agentes Técnicos (ano vigente)	85.690,64	
5 APURAÇÃO PARCIAL DA DISPONIBILIDADE PARA INVESTIMENTO		3.670.213,49
5.1 Ajuste da receita (transporte item 2)	3.768.358,47	
5.2 Total dos Ajustes e Previsões (transporte item 4)	(98.144,98)	
6 DESPESAS DE INVESTIMENTO		
6.1 Alocação da previsão de arrecadação para Investimento		18.156.026,70
6.2 Empréstimos contratados (Inc. I, Artigo 22)		0,00
6.3 Bases técnicas e instrum.da Política Est. de Rec. Hídricos (Inc. II, Artigo 22)		0,00
6.4 Transferências entre Bacias (Inc. III, Artigo 22)		0,00
6.5 Pagamentos (inc. IV, art. 22)		-
6.5.1 Manutenção de sistemas de controle da cobrança	-	
6.6 Lançamentos a Crédito constantes no extrato bancário (ano anterior)		158.956,01
6.6.1 Rendimentos repassados pelo Tomador	138.750,39	
6.6.2 Devolução de parcelas - contratos não reembolsáveis	20.205,62	
6.6.3 Pagamento de parcelas - contratos com retorno	0,00	
6.7 Ajuste do exercício (ano anterior)		(6.104.570,80)
6.7.1 Valor disponibilizado no plano de aplicação da cobrança (ano anterior) para investimento	8.662.937,65	
6.7.2 Resultado da movimentação dos empreendimentos (durante período de vigência do plano de aplicação anterior (diferença dos valores pleiteados e contratados, cancelamentos, conclusões e aditivos). As apurações são realizadas na memória de cálculo, conforme Anexo III)	6.655.152,40	
6.7.3 Recurso comprometido de 2018	(21.422.660,85)	
6.8 Transferência de Recursos de Custeio		-
6.9 Apuração parcial da disponibilidade para investimento (transporte item 5)		3.670.213,49
APURAÇÃO FINAL DA DISPONIBILIDADE PARA INVESTIMENTO		15.880.625,40



Anexo II – Deliberação dos Comitês PCJ nº 312/2019, de 29/03/2019

Despesas de Custeio para 2019 Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

NATUREZA DAS DESPESAS	VALOR (R\$)	%
Custos Operacionais da Cobrança	R\$82.930,64	4,11%
1. Tarifas/Taxas Bancárias	R\$78.430,64	3,89%
2. Transferência para DAEE - ressarcimento de tarifas de cobrança	R\$0,00	0,00%
3. Correio	R\$4.500,00	0,22%
SUB-TOTAL	R\$82.930,64	4,11%
Atividades de Secretaria Executiva	R\$426.633,62	21,15%
Material de Consumo	-	-
1. Gêneros alimentícios	R\$4.500,00	0,22%
2. Combustíveis e Lubrificantes	R\$0,00	0,00%
3. Material, peças e acessórios	R\$0,00	0,00%
4. Material para informática	R\$1.800,00	0,09%
5. Material de escritório	R\$9.000,00	0,45%
6. Outros materiais de consumo	R\$1.800,00	0,09%
SUB-TOTAL	R\$17.100,00	0,85%
Serviços de Terceiros	-	-
1. Assessoria e consultoria	R\$96.279,01	4,77%
2. Serviços de limpeza e vigilância (pessoa jurídica)	R\$0,00	0,00%
3. Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	R\$199.851,48	9,91%
4. Outros serviços de terceiros (pessoa física)	R\$34.884,00	1,73%
5. Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$78.519,13	3,89%
SUB-TOTAL	R\$409.533,62	20,30%
Outras Despesas de Custeio	R\$34.200,00	1,70%
1. Serviços de Utilidade Pública	R\$25.200,00	1,25%
2. Passagens e Despesas com Locomoção	R\$9.000,00	0,45%
3. Alimentação e Hospedagem	R\$0,00	0,00%
SUB-TOTAL	R\$34.200,00	1,70%
Pessoal	R\$1.473.572,03	73,05%
1. Salários Líquidos	R\$305.503,92	15,14%
2. Férias + 1/3 (líquido)	R\$8.126,40	0,40%
3. 13º salário (líquido)	R\$6.110,07	0,30%
4. Provisão rescisão contratual	R\$0,00	0,00%
5. Vale transporte	R\$4.500,00	0,22%
6. Imposto de renda	R\$191.499,82	9,49%
7. INSS	R\$502.332,11	24,90%
8. PIS	R\$22.306,31	1,11%
9. FGTS	R\$178.450,51	8,85%
10. Assistência médica	R\$128.506,82	6,37%
11. Auxílio alimentação	R\$96.356,05	4,78%
12. Seguro de vida	R\$4.500,00	0,22%
13. Auxílio creche	R\$6.480,00	0,32%
14. Contribuição sindical	R\$0,00	0,00%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



15. Treinamento/Cursos/Congressos	R\$15.300,00	0,76%
16. Saúde ocupacional (segurança e medicina do trabalho)	R\$3.600,00	0,18%
SUB-TOTAL	R\$1.473.572,03	73,05%
TOTAL:	R\$2.017.336,30	100,00%

Obs: Os salários líquidos são pagos com recursos da cobrança estadual paulista para 4 funcionários. Já os encargos sociais e trabalhistas são para 16 funcionários. Cabe destacar que os salários dos outros 12 funcionários são pagos com recursos da cobrança federal através do Contrato de Gestão ANA 003/2011.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Anexo III – Deliberação dos Comitês PCJ nº 312/2019, de 29/03/2019

Memória de Cálculo de Investimento Decreto estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006

FÓRMULAS UTILIZADAS PARA CÁLCULO DOS RESÍDUOS E COMPROMETIDOS			
SITUAÇÃO	Para empreendimentos com código SINFEHIDRO anteriores ao do Plano de Aplicação do (ano anterior)	Lançar valor final na coluna	Para empreendimentos com código SINFEHIDRO do Plano de Aplicação do (ano anterior)
Em análise	-	-	Valor da coluna (A)
Não iniciado	Valor da coluna (A)-(B)	(E)	Valor da coluna (B)
Em execução	-	-	Valor da coluna (B)
Concluído	Valor da coluna (B)+(C)-(D)	(E)	Valor da coluna (B)+(C)-(D)
Cancelado	Valor da coluna (A) ou (B)	(E)	-

Nº SINFEHIDRO	Nº Contrato	Situação	Data de Assinatura	Data de Conclusão	Valor Pleiteado (A)	Valor Aprovado (B)	Valor Aditado (C)	Valor Pago (D)	Disponível P/ Utilização (E)	Comprometido (F)
2016-PCJ COB-150	137/16	Cancelado	31/10/2016	11/12/2018	1.724.375,89	1.724.375,89	0,00	0,00	1.724.375,89	
2016-PCJ COB-149	076/17	Cancelado	17/04/2017	11/12/2018	4.471.827,30	3.995.975,39	0,00	0,00	4.471.827,30	
2013-PCJ COB-111	130/14	Concluído	27/03/2014	03/05/2018	2.685.325,63	2.685.325,63	0,00	2.685.325,63	0,00	-
2013-PCJ COB-96	119/14	Concluído	06/03/2014	03/05/2018	142.590,00	115.422,24	0,00	105.536,00	9.886,24	-
2014-PCJ COB-120	224/15	Concluído	18/03/2015	17/05/2018	509.923,80	509.923,80	0,00	426.685,86	83.237,94	-
2015-PCJ COB-139	392/15	Concluído	10/11/2015	07/06/2018	1.825.484,45	1.825.484,45	0,00	1.569.960,22	255.524,23	-
2012-PCJ COB-68	033/13	Concluído	27/02/2013	11/09/2018	2.060.393,13	1.812.162,56	0,00	1.803.841,27	8.321,29	-
2013-PCJ COB-97	250/14	Concluído	17/04/2014	27/09/2018	141.945,60	101.188,80	0,00	52.236,00	48.952,80	-
2014-PCJ COB-123	142/15	Concluído	05/03/2015	27/09/2018	1.163.182,19	1.069.540,69	0,00	381.043,22	688.497,47	-
2014-PCJ COB-122	326/15	Concluído	08/05/2015	19/11/2018	3.479.821,98	2.979.492,19	0,00	2.979.492,19	0,00	-
2013-PCJ COB-114	157/14	Concluído	22/04/2014	17/12/2018	119.702,84	119.702,84	0,00	118.455,32	1.247,52	-
2018-PCJ COB-177	-	Em análise	-	-	2.489.104,77	-	-	-	-	2.489.104,77
2018-PCJ COB-178	-	Em análise	-	-	2.646.314,05	-	-	-	-	2.646.314,05
2018-PCJ COB-179	-	Em análise	-	-	2.847.926,41	-	-	-	-	2.847.926,41
2018-PCJ COB-180	-	Em análise	-	-	2.266.465,92	-	-	-	-	2.266.465,92
2018-PCJ COB-181	-	Em análise	-	-	483.181,43	-	-	-	-	483.181,43
2018-PCJ COB-183	-	Em análise	-	-	2.456.023,02	-	-	-	-	2.456.023,02
2018-PCJ COB-184	-	Em análise	-	-	1.336.964,90	-	-	-	-	1.336.964,90
2018-PCJ COB-185	-	Em análise	-	-	2.050.181,55	-	-	-	-	2.050.181,55
2018-PCJ COB-186	-	Em análise	-	-	2.275.283,62	-	-	-	-	2.275.283,62

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Nº SINFEHIDRO	Nº Contrato	Situação	Data de Assinatura	Data de Conclusão	Valor Pleiteado (A)	Valor Aprovado (B)	Valor Aditado (C)	Valor Pago (D)	Disponível P/ Utilização (E)	Comprometido (F)
<u>2018-PCJ COB-187</u>	-	Em análise	-	-	1.695.940,88	-	-	-	-	1.695.940,88
<u>2018-PCJ COB-182</u>	-	Em análise	-	-	875.274,30	-	-	-	-	875.274,30
<u>17-PCJ COB-168</u>	172/18	Não iniciado	18/05/2018	-	2.128.173,13	1.952.759,62	0,00	0,00	175.413,51	-
<u>17-PCJ COB-170</u>	148/18	Não iniciado	03/05/2018	-	380.277,86	360.587,68	0,00	0,00	19.690,18	-
									6.655.152,40	21.422.660,85
										28.077.813,25

O Saldo Disponível para Utilização (E) dos empreendimentos em vermelho já foi utilizado ao longo da execução de cada um, só temos disponível os rendimentos informados pelo Banco do Brasil quando da conclusão